

## Índice Sistemático

---

---

<b>Capítulo I – Direito de Família</b> .....	1
1. Conceito.....	1
2. Divisão.....	3
3. Natureza do direito de família .....	4
4. Fontes do direito de família .....	7
5. A família .....	9
6. Autonomia da comunhão de vida instituída pela família .....	15
<b>Capítulo II – O Casamento</b> .....	17
1. Conceito e história .....	17
2. Natureza e caracteres .....	20
3. Finalidades.....	23
4. Princípios do casamento .....	25
5. A igualdade dos cônjuges no direito de família.....	25
<b>Capítulo III – Capacidade para o Casamento, Impedimentos e Causas Suspensivas</b> .....	29
1. A capacidade para o casamento .....	29
2. Os impedimentos .....	31
2.1. Espécies.....	33
3. Causas suspensivas do casamento .....	41
4. Legitimidade para a oposição dos impedimentos e das causas suspensivas, e o pedido de não aplicação das causas suspensivas .....	48
<b>Capítulo IV – Habilitação para o Casamento</b> .....	51
1. Caracterização.....	51
2. Documentos que instruem a habilitação .....	52
2.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente.....	53
2.2. Autorização ou anuência dos pais ou responsáveis pelos nubentes menores ou incapazes .....	53
2.2.1. Suprimento judicial do consentimento.....	55
2.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não dos nubentes, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento para casar.....	57

2.4.	Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes, e dos respectivos pais, se conhecidos .....	57
2.5.	Certidão de óbito do cônjuge falecido, de nulidade ou de anulação do casamento, com o trânsito em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.....	57
3.	Casamento de pessoas menores de dezesesseis anos.....	58
4.	O processo de habilitação.....	60
5.	Exame pré-nupcial.....	63
<b>Capítulo V – Celebração do Casamento .....</b>		<b>65</b>
1.	Formalidades .....	65
2.	Suspensão da celebração do casamento.....	69
3.	Momento da realização do casamento.....	70
4.	Casamento de militares.....	71
5.	Casamento de brasileiro celebrado no estrangeiro, perante autoridade consular e casamento de estrangeiros.....	72
6.	Casamento de estrangeiros e separação ou divórcio no Brasil.....	75
7.	Casamento de estrangeiro divorciado no exterior com pessoa brasileira e homologação da sentença pelo Superior Tribunal de Justiça .....	77
8.	Homologação de sentença de divórcio ou separação de cônjuges estrangeiros .....	78
9.	Legitimidade para pedir a homologação da sentença perante o Superior Tribunal de Justiça.....	82
10.	Casamento em caso de moléstia grave, e de iminente risco de vida ou casamento nuncupativo.....	83
10.1.	Motivo urgente por moléstia grave .....	83
10.2.	Iminente risco de vida, ou casamento nuncupativo .....	85
11.	Casamento religioso com efeitos civis .....	87
12.	Casamento por procuração .....	89
13.	Prova do casamento e estado de casado .....	90
<b>Capítulo VI – Invalidade do Casamento por Inexistência, Nulidade e Anulabilidade.....</b>		<b>95</b>
1.	Distinções .....	95
2.	Casamento inexistente .....	95
3.	Casamento nulo .....	101
3.1.	Ação própria para a nulidade do casamento .....	106
3.2.	Imprescritibilidade da ação de nulidade.....	107
3.3.	Legitimidade para propor a ação.....	108
3.4.	Efeitos da nulidade.....	110
4.	Casamento anulável.....	112
4.1.	Causas de anulação .....	112

4.1.1.	Causas derivadas da idade, do vício de vontade, do mandato e da incompetência do celebrante.....	113
4.1.2.	Causa derivada do erro essencial quanto à pessoa.....	117
4.1.3.	Coação de um ou de ambos os nubentes.....	129
4.1.4.	Outras causas de anulação.....	131
4.2.	Efeitos da anulação do casamento.....	133
4.3.	Ação própria para a anulação e prazos para o ajuizamento.....	135
4.4.	Anulação do casamento religioso com efeitos civis.....	136
5.	Separação de corpos e alimentos na nulidade e na anulação do casamento.....	137
6.	Sanções às infrações de normas regulamentadoras do casamento.....	139
<b>Capítulo VII – Casamento Putativo.....</b>		<b>141</b>
1.	Caracterização.....	141
2.	Requisitos.....	143
3.	Efeitos.....	146
3.1.	Quanto aos cônjuges.....	147
3.2.	Quanto aos filhos.....	152
3.3.	Quanto a terceiros.....	152
<b>Capítulo VIII – Efeitos Jurídicos do Casamento.....</b>		<b>155</b>
1.	Relação matrimonial.....	155
2.	A posição do homem e da mulher no casamento.....	155
3.	Deveres dos cônjuges.....	157
3.1.	Fidelidade recíproca.....	157
3.2.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	158
3.3.	Mútua assistência.....	160
3.4.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	162
3.5.	Respeito e consideração mútuos.....	163
4.	Direção da sociedade conjugal.....	163
5.	Representação legal da família.....	166
6.	Administração dos bens comuns e particulares do cônjuge.....	167
7.	Fixação do domicílio.....	169
8.	Manutenção da família.....	169
9.	O acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	171
10.	Planejamento familiar.....	172
<b>Capítulo IX – Limitações Matrimoniais na Atuação do Marido e da Mulher.....</b>		<b>175</b>
1.	Importância das limitações.....	175
2.	As limitações.....	176

3.	Obrigações que importam alienação dos bens do casal e benefício comum .....	183
4.	Presunção da contratação da dívida em favor do casal.....	184
5.	Obrigações particulares dos cônjuges.....	185
6.	A responsabilidade nas dívidas particulares .....	186
7.	Consequências no descumprimento das limitações comuns .....	187
8.	Suprimento judicial do consentimento do cônjuge.....	188
9.	Obrigações derivadas dos encargos no lar que dispensam a outorga do cônjuge.....	190
<b>Capítulo X – Bens Reservados.....</b>		<b>193</b>
1.	A posição da mulher nos ordenamentos jurídicos .....	193
2.	Os bens reservados no Código Civil anterior e bens próprios no Código atual .....	195
3.	Concepções que passaram a dominar sobre bens reservados .....	196
4.	Caracterização de bens reservados .....	198
5.	Pressupostos para a caracterização de bens reservados.....	198
6.	Declaração da natureza do bem reservado no ato da aquisição.....	200
7.	Poderes que eram atribuídos sobre os bens reservados .....	201
<b>Capítulo XI – Dissolução da Sociedade Conjugal e Dissolução do Vínculo Conjugal .....</b>		<b>203</b>
1.	Distinções .....	203
2.	Dissolução por morte de um dos cônjuges .....	205
<b>Capítulo XII – Divórcio .....</b>		<b>207</b>
1.	Visão histórica .....	207
2.	A extinção do vínculo do casamento pelo divórcio.....	209
3.	A origem da Emenda Constitucional nº 66/2010.....	210
4.	A permanência da separação judicial, embora o pouco uso que terá no sistema jurídico.....	210
5.	Um único tipo de pedido de divórcio .....	212
6.	As pessoas legitimadas para o pedido de divórcio .....	213
7.	O pedido de divórcio .....	214
8.	Formas de ações de divórcio .....	215
8.1.	Divórcio consensual judicial.....	215
8.2.	Divórcio litigioso judicial .....	219
8.3.	Divórcio consensual extrajudicial ou administrativo.....	222
9.	Ações de separação e divórcio pendentes quando do advento da Emenda Constitucional nº 66/2010.....	223
10.	Divórcio de brasileiros ocorrido no exterior, de estrangeiros residentes no país e sentença estrangeira de divórcio consensual .....	225

11.	Promessa de doação no divórcio consensual.....	227
12.	Competência para promover a ação de divórcio.....	230
13.	Efeitos e decorrências do divórcio.....	231
13.1.	Quanto ao patrimônio.....	232
13.2.	Quanto a alterações de cláusulas existentes na eventual separação anterior.....	232
13.3.	Quanto a novo casamento .....	233
13.4.	Quanto ao nome do cônjuge divorciado .....	234
13.5.	Quanto à reconstituição da vida conjugal pelos divorciados .....	235
13.6.	Quanto à guarda unilateral e compartilhada dos filhos menores.....	236
13.7.	Quanto ao direito de visitas.....	241
13.8.	Quanto ao direito de visita em favor dos avós.....	243
13.9.	Quanto aos alimentos em favor do ex-cônjuge e o exercício ao seu direito.....	244
13.10.	Quanto aos alimentos aos filhos.....	246
14.	Guarda dos filhos e alienação parental .....	248
15.	Obrigações dos divorciados e novo casamento .....	251
16.	Concessão do divórcio por mais de uma vez.....	252
17.	Cessação dos efeitos civis no casamento religioso.....	253
<b>Capítulo XIII – Separação Judicial .....</b>		<b>255</b>
1.	Dissolução da sociedade conjugal e Emenda Constitucional nº 66.....	255
2.	Caráter pessoal da separação .....	257
3.	Separação, divórcio e a família atual.....	258
4.	Aspectos históricos e configuração da separação judicial .....	260
5.	A conciliação na separação.....	262
6.	Participação do advogado na conciliação .....	264
<b>Capítulo XIV – Separação Consensual e Separação Litigiosa .....</b>		<b>267</b>
1.	Separação Consensual .....	267
1.1.	Caracterização.....	267
1.2.	Abstração da causa.....	269
1.3.	Procedimento judicial na separação consensual .....	269
1.4.	Representação dos cônjuges incapazes por curador, ascendente ou irmão .....	271
1.5.	A petição inicial .....	271
1.6.	Descrição e partilha dos bens.....	272
1.7.	Natureza da sentença homologatória .....	273
1.8.	Irretratabilidade do acordo .....	274
1.9.	Recusa da homologação pelo juiz.....	274
1.10.	Falecimento do cônjuge antes da homologação.....	275
1.11.	Separação de cônjuges estrangeiros domiciliados no Brasil.....	275

1.12.	A separação consensual administrativa ou extrajudicial.....	276
2.	Separação Litigiosa.....	280
2.1.	Caracterização.....	280
2.2.	Separação baseada na culpa.....	281
2.2.1.	Violação dos deveres do casamento.....	282
2.2.2.	Deveres cuja infração enseja a separação judicial.....	283
2.2.3.	Insuportabilidade da vida em comum.....	288
2.2.4.	Separação por culpa recíproca.....	292
2.3.	Separação por causas objetivas.....	293
2.3.1.	Separação fundada na ruptura da vida em comum.....	294
2.3.2.	Separação fundada em grave doença mental.....	294
2.3.3.	Perda das vantagens patrimoniais oriundas do casamento na separação por doença mental.....	295
2.3.4.	Dever de assistência na separação baseada em causas objetivas.....	296
2.3.5.	A separação e as condições pessoais do cônjuge ou dos filhos menores.....	296
2.4.	Separação requerida por cônjuge incapaz.....	297
2.5.	Foro competente para a ação.....	297
2.6.	Procedimento judicial na separação litigiosa.....	299
2.7.	Eficácia da sentença e restabelecimento da sociedade conjugal.....	302
3.	Efeitos da Separação Judicial.....	303
3.1.	Efeitos em geral.....	303
3.2.	Relativamente aos cônjuges.....	303
3.3.	Relativamente aos alimentos entre os ex-cônjuges.....	304
3.4.	Relativamente aos bens.....	306
3.5.	Relativamente aos filhos.....	307
3.6.	Relativamente aos critérios determinantes da guarda dos filhos..	309
3.7.	Relativamente ao direito de visita.....	312
3.8.	Relativamente aos alimentos para os filhos.....	316
3.9.	Relativamente ao sobrenome do cônjuge.....	317
<b>Capítulo XV – Tutelas Provisórias de Urgência no Divórcio e na Separação Judicial, e Procedimento nas Ações de Direito de Família.....</b>		<b>321</b>
1.	Separação de corpos no divórcio ou na separação judicial.....	321
2.	Guarda provisória e busca e apreensão dos filhos.....	325
3.	Alimentos provisórios.....	328
4.	Arrolamento e sequestro de bens, e outras tutelas.....	330
5.	A tutela provisória e regras procedimentais comuns nas ações de família.....	332
<b>Capítulo XVI – Relações de Parentesco.....</b>		<b>335</b>
1.	Ordens de parentesco.....	335

2.	Linhas de parentesco .....	336
3.	Contagem do parentesco na linha reta .....	338
4.	Contagem do parentesco na linha colateral .....	338
5.	O vínculo da afinidade .....	340
<b>Capítulo XVII – A Filiação e Reconhecimento dos Filhos.....</b>		<b>343</b>
1.	Caracterização e conceito .....	343
2.	Tratamento dos filhos havidos no casamento e fora do casamento .....	345
3.	Espécies de filiação.....	347
4.	Filhos nascidos durante o casamento.....	349
5.	Filhos nascidos de relações não conjugais .....	351
6.	Presunção legal da filiação havida durante o casamento .....	354
7.	Certeza da filiação .....	358
8.	Registro e certidões de nascimento.....	359
9.	Impugnação da paternidade .....	362
9.1.	Titularidade para impugnar a paternidade.....	366
9.2.	Legitimidade passiva.....	368
9.3.	Prazo para propor a ação .....	368
9.4.	Confissão da mãe quanto à paternidade .....	369
10.	A legitimação dos filhos no regime anterior .....	369
11.	Reconhecimento dos filhos.....	371
11.1.	Reconhecimento voluntário .....	373
11.1.1.	Formas de reconhecimento voluntário .....	375
11.1.2.	Oposição ao reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	378
11.1.3.	Reconhecimento antes do nascimento ou após o falecimento do filho.....	379
11.1.4.	Ação anulatória de reconhecimento .....	381
11.2.	Reconhecimento judicial.....	383
11.3.	Efeitos jurídicos do reconhecimento.....	383
11.4.	Pluriparentalidade .....	385
<b>Capítulo XVIII – Investigação de Paternidade.....</b>		<b>389</b>
1.	Reconhecimento judicial de paternidade.....	389
2.	Resenha do direito na investigação de paternidade durante o casamento.....	390
3.	Objeto da ação e efeitos da sentença .....	392
4.	Legitimidade ativa para a ação .....	394
5.	Relação avoenga .....	397
6.	Legitimidade passiva na ação .....	400
7.	Imprescritibilidade da ação.....	401
8.	Fatos que geram a presunção da paternidade .....	404

9.	Investigação da maternidade.....	410
10.	A prova na investigação de paternidade .....	412
10.1.	Prova indiciária e testemunhal .....	412
10.2.	Prova técnica da paternidade.....	413
11.	Negatória da paternidade e da maternidade.....	435
12.	Anulatória de paternidade.....	437
13.	Coisa julgada nas ações de investigação de paternidade .....	439
14.	A investigação de paternidade e a filiação socioafetiva.....	441
15.	A ação de investigação de paternidade para a ciência genética da filiação e a inviabilidade para conseguir a herança .....	445
<b>Capítulo XIX – Fecundação Artificial .....</b>		<b>449</b>
1.	Técnicas de fecundação artificial.....	449
2.	Contrato de gestação.....	452
3.	Definição da paternidade e maternidade .....	454
4.	Venda de embriões.....	457
5.	Eliminação de embriões.....	458
6.	Cessão de material genético.....	462
7.	A inseminação <i>post mortem</i> .....	464
8.	Consentimento do cônjuge na inseminação.....	465
9.	Investigação de paternidade pelo filho .....	467
10.	Inseminação artificial e alimentos, direitos sucessórios, impedimentos matrimoniais e parentesco .....	468
11.	Negatória de paternidade pelo marido que admitiu a inseminação.....	469
<b>Capítulo XX – Adoção .....</b>		<b>471</b>
1.	Conceito .....	471
2.	Elementos históricos.....	472
3.	Panorama legislativo no tratamento da adoção .....	473
4.	A adoção pela Lei nº 8.069/1990 e pelo Código Civil de 2002.....	477
5.	Forma de adoção.....	478
6.	Idade para adotar.....	480
7.	Diferença de idade entre o adotante e o adotado, e adoção por duas pessoas de sexo diferente .....	481
8.	Consentimento do cônjuge do adotante.....	484
9.	Consentimento dos pais ou representantes para a adoção, e concordância do adotando se contar com mais de doze anos .....	485
10.	Adoção por tutor ou curador.....	486
11.	Irrevogabilidade da adoção.....	487
12.	O poder familiar na adoção e obrigação alimentar.....	489
13.	Parentesco resultante da adoção .....	490



14.	Direitos sucessórios .....	491
15.	Representação dos filhos do adotado na sucessão do adotante.....	493
16.	Representação do adotado na sucessão dos pais do adotante.....	494
17.	Efeitos da adoção efetuada anteriormente à Constituição de 1988 .....	494
18.	Nome dos avós do adotado .....	497
19.	Adoção de parentes.....	498
20.	Adoção de filhos não reconhecidos .....	500
21.	Inexistência, nulidade e anulabilidade da adoção.....	501
22.	Legitimidade para pedir a anulação ou a nulidade da adoção .....	502
23.	Institutos ligados à adoção.....	503
23.1.	Família substituta .....	504
23.2.	A guarda .....	506
23.3.	A tutela .....	511
23.3.1.	Procedimento para a nomeação do tutor .....	512
24.	O procedimento para a adoção .....	519
24.1.	Requisitos nas adoções sujeitas ao procedimento da Lei nº 8.069/1990.....	521
24.2.	A tramitação do processo .....	525
25.	Registro de adotandos, habilitação para a adoção e ingresso na lista de candidatos à habilitação .....	532
26.	Inscrição da sentença no Registro Civil.....	537
27.	Efeitos da adoção.....	538
28.	A adoção por estrangeiro .....	542
29.	Adoção póstuma .....	546
30.	Adoção à brasileira ou socioafetiva.....	548
<b>Capítulo XXI – Poder Familiar</b> .....		553
1.	Relações jurídicas entre pais e filhos.....	553
2.	Concepção tradicional e atual de poder familiar .....	554
3.	Características.....	556
4.	Titularidade do poder familiar .....	557
5.	Exercício do poder familiar .....	559
6.	Extinção do poder familiar .....	561
7.	Suspensão do poder familiar.....	563
8.	A perda do poder familiar .....	565
9.	O poder familiar e enteados, e o acréscimo do nome de família do padrasto ou da madrasta no nome do enteado ou enteada.....	569
<b>Capítulo XXII – Regimes Matrimoniais de Bens</b> .....		571
1.	Noções e princípios .....	571

2.	Pacto antenupcial.....	576
3.	Conteúdo do pacto antenupcial.....	580
4.	Alteração do regime de bens.....	582
5.	Prevalência do regime de comunhão parcial na inexistência de convenção sobre outro regime .....	586
6.	Regime de comunhão parcial.....	587
6.1.	Bens e encargos excluídos da comunhão.....	588
6.2.	Bens que integram a comunhão .....	593
6.3.	Presunção da comunicabilidade dos bens móveis.....	595
6.4.	Administração dos bens e dissolução do regime de comunhão parcial.....	595
7.	Regime de comunhão universal.....	597
7.1.	Bens e encargos próprios ou excluídos da comunhão.....	598
7.2.	Administração dos bens e dissolução do regime de comunhão universal .....	603
7.3.	A comunicação dos frutos e rendimentos .....	606
7.4.	Direito à habitação em favor do cônjuge sobrevivente.....	606
8.	Participação nos aquestos através de regime matrimonial .....	607
9.	Regime de separação de bens .....	611
9.1.	Separação obrigatória ou legal .....	614
10.	Regime dotal.....	620
10.1.	Constituição do dote.....	621
10.2.	Restituição dos bens.....	622
10.3.	Separação do dote e direito à reversão.....	623
10.4.	Relações matrimoniais no regime dotal .....	624
11.	Outros regimes de bens.....	624
12.	Regime de bens no casamento de brasileiros celebrados no exterior.....	626
13.	Propriedade dos bens adquiridos por um dos cônjuges, durante a separação de fato.....	627
14.	Usufruto em favor do cônjuge sobrevivente.....	629
15.	Bens parafernais .....	630
16.	Doações antenupciais .....	630
17.	Doações entre cônjuges .....	632
18.	Venda de bens entre cônjuges.....	634
19.	O exercício e a defesa de direitos pessoais e dos bens de propriedade dos cônjuges ou da família.....	634
<b>Capítulo XXIII – A Defesa da Meação .....</b>		<b>643</b>
1.	A proteção legal da meação .....	643
2.	Formas e momentos da defesa da meação.....	644
3.	Cônjuge intimado da penhora e embargos do devedor.....	645

4.	Defesa contra a execução através de embargos do devedor e para resguardar a meação, mediante embargos de terceiros .....	646
5.	O ônus da prova da destinação da dívida.....	647
<b>Capítulo XXIV – Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores....</b>		<b>649</b>
1.	O exercício do usufruto e da administração .....	649
2.	Autorização judicial para a venda, a oneração dos bens e a contratação de obrigações.....	650
3.	Usufruto legal em favor dos pais sobre os bens dos filhos menores .....	654
4.	Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.....	655
5.	Colidência de interesses entre os pais e o filho.....	656
6.	A responsabilidade pelos atos dos filhos .....	657
<b>Capítulo XXV – Alimentos .....</b>		<b>661</b>
1.	Obrigação de prestar alimentos .....	661
2.	Natureza da obrigação alimentar.....	666
3.	Características da obrigação alimentar.....	668
4.	Pressupostos para a obrigação alimentar .....	685
4.1.	A fixação do <i>quantum</i> , os recursos do alimentante e a inclusão de indenizações ou direitos salariais, como FGTS, 13º salário, horas extras e abonos .....	687
4.2.	A situação pessoal do alimentando .....	688
4.3.	Inexistência de meios para o sustento próprio .....	689
4.4.	Alteração da pensão conforme se modificam as condições das partes.....	690
4.5.	Capacidade econômica do alimentante .....	690
5.	Objeto, forma e limites da obrigação alimentar.....	691
6.	Titularidade para pedir e para prestar alimentos.....	693
7.	Prestação alimentícia aos filhos menores .....	699
8.	Alimentos ao nascituro ou alimentos gravídicos .....	705
9.	Prestação alimentícia aos filhos maiores, aos pais e a outros parentes.....	708
10.	Obrigação alimentar entre os cônjuges ou companheiros .....	713
10.1.	Alimentos na separação de fato .....	713
10.2.	Alimentos e coabitação no mesmo lar .....	714
10.3.	Abandono do lar sem justo motivo .....	716
11.	Alimentos na separação e no divórcio.....	718
11.1.	Reciprocidade na obrigação de prestar alimentos.....	719
11.2.	Alimentos e culpa na separação .....	720
11.3.	O direito a alimentos e casamento, união estável, e procedimento indigno do ex-cônjuge.....	722
11.4.	Impossibilidade de renúncia a alimentos, de cessão, compensação e penhora .....	725
11.5.	Pedido de alimentos após o divórcio.....	729

12.	Transmissão da obrigação alimentar.....	730
12.1.	Transmissão da obrigação ao espólio e não aos herdeiros.....	731
12.2.	Transmissão da obrigação limitada às forças da herança e razões que impõem a transmissão.....	732
12.3.	Transmissão da obrigação alimentar independentemente da razão que determinou a sua fixação.....	733
12.4.	Caráter de proteção aos cônjuges na transmissão da obrigação alimentar.....	734
12.5.	Herdeiros chamados a responder pela obrigação alimentar.....	735
12.6.	Extensão da transmissibilidade da obrigação de prestar alimentos.....	737
12.7.	Pedido de alimentos contra o espólio.....	738
13.	Procedimentos judiciais nas ações de alimentos.....	738
13.1.	Procedimento segundo a Lei nº 5.478, de 1968.....	740
13.2.	Procedimento comum.....	744
13.3.	Cumprimento da obrigação alimentícia.....	747
	13.3.1. Intimação para pagar, comprovar o pagamento ou justificar a impossibilidade.....	747
	13.3.2. Alimentos provisórios e alimentos definitivos.....	748
	13.3.3. Desconto em folha de pagamento.....	750
	13.3.4. Expropriação de aluguéis e outros rendimentos.....	751
	13.3.5. Constituição de capital em imóveis, títulos da dívida pública, aplicações financeiras, substituível pela inclusão do beneficiário em folha de pagamento ou outras garantias, e prestação de caução real ou fidejussória e usufruto de determinado bem.....	752
	13.3.6. Cumprimento através de expropriação de bens.....	754
	13.3.7. Cumprimento através de coação pessoal ou prisão.....	757
13.4.	O procedimento da execução de título extrajudicial.....	768
14.	Alimentos provisórios a filhos não reconhecidos.....	769
15.	Alimentos com ou sem a investigação de paternidade.....	770
16.	Concessão de alimentos e reconhecimento da paternidade.....	772
17.	Alimentos provisórios em ação de responsabilidade civil e efeitos da sentença condenatória.....	774
18.	Revisão e exoneração ou extinção de alimentos.....	775
19.	Revisão de alimentos provisórios.....	782
20.	Modificação de cláusula alimentar.....	783
21.	Natureza da sentença proferida em matéria alimentar.....	785
22.	A coisa julgada em ações de alimentos.....	787
23.	Oferta de alimentos.....	790
24.	Obrigação alimentar de pessoa residente no exterior.....	790
25.	Alimentos e união estável sob a ótica constitucional.....	793
25.1.	O direito regulamentado por leis específicas e pelo Código Civil.....	795

25.2.	O procedimento judicial na ação de alimentos .....	798
25.3.	A culpa na separação.....	799
26.	Alimentos <i>intuitu familiae</i> .....	800
27.	Atualização das prestações devidas.....	801
28.	Alimentos <i>in natura</i> e compensação com alimentos fixados em pecúnia ....	802
29.	Alimentos compensatórios .....	806
30.	Prestação de contas de alimentos na guarda.....	809
<b>Capítulo XXVI – Bens com Destinação Particular ou Bem de Família.....</b>		<b>811</b>
1.	A preservação do patrimônio familiar .....	811
2.	A destinação voluntária, ou por ato de vontade.....	812
2.1.	Elementos da destinação .....	813
2.2.	A destinação de valores mobiliários.....	814
2.3.	Limites da isenção de execução por dívidas .....	815
2.4.	Extinção do bem de família e sub-rogação em outros bens .....	817
2.5.	Administração do bem de família .....	818
2.6.	O procedimento para a instituição do bem de família .....	819
3.	A destinação determinada por lei.....	820
3.1.	Exceções à impenhorabilidade.....	820
3.2.	Obrigatoriedade e renúncia da impenhorabilidade .....	822
3.3.	A impenhorabilidade dirigida à proteção da moradia familiar ....	823
3.4.	A impenhorabilidade da residência familiar em imóvel rural.....	824
3.5.	A impenhorabilidade de bens de natureza pessoal, profissional e laboral.....	825
<b>Capítulo XXVII – A Companheira ou o Companheiro na Previdência Social.....</b>		<b>827</b>
1.	A inscrição da companheira ou do companheiro na Previdência Social por pessoa casada.....	827
2.	Requisitos para a habilitação ao benefício.....	828
3.	Benefícios previdenciários reconhecidos à companheira ou ao compa- nheiro .....	831
4.	Não reconhecimento do direito no concubinato .....	832
5.	Direitos previdenciários entre companheiros do mesmo sexo .....	834
<b>Capítulo XXVIII – Pensão Previdenciária ao Cônjuge Separado ou Divorciado que Percebia Alimentos, ao que não Percebia, e à Viúva que Casa Novamente ....</b>		<b>839</b>
1.	Morte de ex-cônjuge e a situação do cônjuge contemplado e ao não con- templado com pensão alimentícia.....	839
2.	Pensão previdenciária ao cônjuge que não exerceu o direito a alimentos ....	844
3.	Pensão previdenciária ao ex-cônjuge ou ex-companheiro que renunciou alimentos na separação ou no divórcio.....	845

4.	Casamento do ex-cônjuge alimentante e pensão previdenciária .....	847
5.	Pensão à viúva que casa novamente .....	848
<b>Capítulo XXIX – União Estável .....</b>		<b>851</b>
1.	Conceito .....	851
2.	Requisitos e características .....	853
3.	Distinções .....	858
4.	Visão histórica .....	859
4.1.	Fase antiga .....	860
4.2.	Fase medieval e contemporânea .....	861
4.3.	Fase de formação no direito brasileiro .....	862
4.4.	Fase atual e o direito no Código Civil .....	864
4.5.	Visão no direito comparado .....	865
5.	Efeitos da união estável .....	866
6.	Alimentos .....	867
7.	Direitos sucessórios .....	869
8.	Direitos previdenciários .....	871
9.	Partilha do patrimônio formado durante a convivência .....	874
10.	Sociedade de fato e concubinato .....	878
11.	Conversão da união estável em casamento .....	879
12.	Remuneração por serviços prestados .....	881
13.	Responsabilidade nas obrigações contraídas durante a união estável .....	883
14.	Adoção do nome do companheiro .....	884
15.	Indenização por morte do companheiro .....	884
16.	Inventário por morte do companheiro .....	885
17.	Competência para os litígios sobre a união estável .....	886
18.	Unões de pessoas do mesmo sexo .....	887
<b>Capítulo XXX – Esponsais ou Promessas de Casamento .....</b>		<b>891</b>
1.	Conceito .....	891
2.	Prejuízos decorrentes do rompimento da promessa de casamento .....	892
3.	Requisitos para ensejar o direito à indenização .....	892
4.	Fundamento legal da indenização .....	894
5.	Impossibilidade jurídica na realização do casamento .....	895
<b>Capítulo XXXI – Tutela .....</b>		<b>897</b>
1.	Instituto para a proteção do menor e seus bens .....	897
2.	Concepção histórica e atual de tutela e figuras afins .....	898
3.	Pressupostos para a tutela .....	900
4.	Espécies de tutela .....	900

4.1.	Tutela testamentária .....	901
4.2.	Tutela legítima .....	902
4.3.	Tutela dativa .....	903
5.	Caracteres da tutela .....	904
6.	Capacidade para exercer a tutela .....	905
7.	Incapacidade para o exercício da tutela .....	906
8.	A escusa em exercer a tutela .....	907
9.	A garantia da tutela .....	910
10.	O exercício da tutela .....	911
11.	Providências impostas ao tutor antes de assumir o encargo e restrições em relação aos bens do menor .....	915
12.	Responsabilidade e prestação de conta dos tutores .....	916
13.	Remuneração do tutor .....	919
14.	Ações asseguradas ao tutor e ao tutelado .....	919
15.	Cessação da tutela .....	921
16.	Destituição da tutela .....	922
17.	Suspensão liminar da tutela .....	923
18.	Procedimento judicial para a destituição .....	924
<b>Capítulo XXXII – Curatela e Tomada de Posição Apoiada .....</b>		<b>925</b>
1.	Curatela. Conceito e espécies .....	925
2.	Características da curatela .....	927
3.	Pessoas sujeitas à curatela .....	928
3.1.	Os que não puderem, por causa transitória ou permanente, exprimir a sua vontade .....	931
3.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos .....	935
3.3.	Os pródigos .....	937
3.4.	O nascituro e o enfermo ou portador de deficiência física .....	940
4.	Legitimidade para requerer a interdição .....	941
5.	Ordem legal na nomeação do curador e incapacidade para o exercício da curatela .....	945
6.	Limites da interdição .....	947
7.	O exercício da curatela .....	949
8.	Procedimento judicial na interdição .....	953
9.	Eficácia da sentença .....	958
10.	Efeitos nos recursos .....	962
11.	Compromisso do curador .....	963
12.	Levantamento da interdição .....	964
13.	Escusa, remoção e cessação da curatela .....	965
14.	A tomada de decisão apoiada .....	967
<b>Bibliografia .....</b>		<b>973</b>